

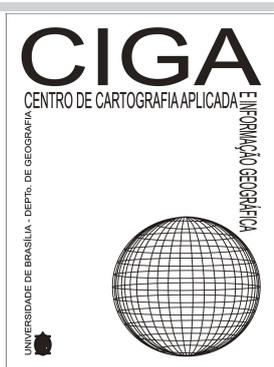
Artigo

ANÁLISE DO LIVRO EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS DO 8º ANO: A AUSÊNCIA E SUPERFICIALIDADE DAS REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA RELAÇÃO ÁFRICA-BRASIL

Bruna Alves Lorena da Silva

p. 21-35

Revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.11, N.2 (2020), 21:35
ISSN: 2177-4366

Como citar este artigo:

Silva, B. A. L.

ANÁLISE DO LIVRO EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS DO 8º ANO: A AUSÊNCIA E SUPERFICIALIDADE DAS REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA RELAÇÃO ÁFRICA-BRASIL - Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.11, n.2 (2020), p.21:35 ISSN: 2177-4366.

Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/>

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.

ANÁLISE DO LIVRO EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS DO 8º ANO: A AUSÊNCIA E SUPERFICIALIDADE DAS REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA RELAÇÃO ÁFRICA-BRASIL

Bruna Alves Lorena da Silva

Graduanda em Geografia pela Universidade de Brasília, Disciplina GEOAFRO - 1º Semestre 2020

E-mail: blorenadasilva@gmail.com

RESUMO: Os livros didáticos são um dos instrumentos pedagógicos essenciais no cenário escolar, auxiliam na prática docente e exercem influência no conteúdo a ser transmitido aos alunos. Nele é possível obter informações e conceitos essenciais que conduzem o processo de ensino e aprendizagem para a construção de novos conhecimentos dos alunos para com a realidade à sua volta. O artigo objetiva analisar o livro “Expedições Geográficas” do 8º ano, enfocando na ausência e superficialidade das representações étnico-raciais das relações África-Brasil. No contexto do ensino da geografia, as possibilidades da ciência em ampliar o olhar espacial é de suma importância para interpretar as formações existentes da representação étnico-racial das relações África-Brasil. Os conteúdos foram analisados a partir da investigação da eficiência da Lei 10639/03 que estabelece diretrizes e bases da educação nacional acerca da "História e Cultura Afro-Brasileira" e a aplicabilidade em conjunto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados obtidos revelam a falta de detalhamento e explicações dos conteúdos que tratam das relações do Brasil Africano Contemporâneo, o que dificulta a visão e compreensão dos complexos sobre a dimensão espacial dele. A análise do livro demonstra um conteúdo destinado ao continente africano exposto de maneira meramente descritiva, o que minimiza a realidade aos estereótipos, aumentando o imaginário negativo sobre seu território, cultura, economia e suas relações com o Brasil. A normalidade em se ter um ensino hegemônico eurocêntrico e colonial camufla processos complexos para compreender com profundidade a Geografia Brasileira, sendo perceptível que tais conteúdos retroalimentam racismos, discriminações e mais preconceitos.

Palavras-Chave: livro didático; África-Brasil; representações étnico-raciais; Geografia escolar.

ABSTRACT: Textbooks are essential pedagogical instruments on the school environment, they help on the teaching practice and exert influence over the content to be transmitted to students. On them it's possible to obtain information and concepts that conduct the whole learning and teaching process

of constructing new knowledge about the surrounding realities of the students. This paper aims to analyze the book “Expedições Geográficas” of the 8th grade, focusing on the absence and superficiality of the ethnic-racial representations between Africa and Brazil. In a geographical teaching context, the possibilities of extending the spatial analysis is of utmost importance to interpret the existent representations of the ethnic-racial relations between Africa and Brazil. The matters were analyzed based on an efficiency investigation of the Law n. 10639/03 that establishes the guidelines of the national education when talking about “Afro-Brazilian history and culture” and its application on the “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD) and the “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC). The obtained results disclose the lack of detailing and explanations of the concepts related to the contemporary African Brazil, which hinders the comprehension of his spatial dimension complexes. The book analysis shows content destined to the African continent exposed in a purely descriptive manner, which reinforces the stereotypical vision in comparison with reality, increasing the negative perception of its territory, culture, economy, and relations with Brazil. Having hegemonic Eurocentric and colonial system of teaching masks complicated processes necessary to comprehend with depth the Brazilian Geography, consequently strengthening racism, discrimination and prejudice.

Keywords: textbook; Africa-Brazil; representations ethnic-racial; School geography.

INTRODUÇÃO

Pensar na geografia escolar e na forma que o ensino é difundido na realidade brasileira é de suma importância dado seu contexto histórico geral até a contemporaneidade. A disciplina contribui para desconstruir o estereótipo nocivo sobre o continente africano e os afro-brasileiros, e impulsiona o pensamento crítico diante às desigualdades raciais na relação África-Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros representam a maioria da população, sendo 56,10 % que se autodeclaram negros, isto inclui os pardos e pretos. A abordagem étnico racial se torna urgente, visto que as relações sociais dessa população sempre aparecem nos livros didáticos de forma silenciada e/ou distorcida.

Os livros didáticos compõem hoje um dos elementos centrais no processo de ensino e aprendizagem no escopo escolar, sendo um dos recursos educacionais mais disponibilizados nas escolas públicas brasileiras. Autorizado e produzido por sujeitos sociais, autoridades políticas, editoras, professores e gestores da área de ensino é importante ressaltar como o material se torna indutor para o docente em sala de aula, conseqüentemente afeta a formação de crianças e adolescentes

enquanto cidadãos e seres pensantes para a sociedade. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o livro ao ser incorporado ao sistema educacional brasileiro:

Para o Estado e algumas escolas particulares, representam um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de certa qualidade de ensino e a difusão de valores. Para o professor, asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. Para as famílias, expressam um sinal de qualidade na educação (Brasil, 1998a, p. 79)

O Programa Nacional do Livro do Didático (PNLD), instituído pelo Governo Federal em 1985, busca avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. Além disso, visa alcançar escolas públicas de educação básica das redes federais, estaduais, municipais e distrital e às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Os conteúdos instituídos nos materiais didáticos brasileiros são produzidos sob a atenção do Estado, é quem define e compra as editoras por meio dos programas, como o PNLD (Ensino Fundamental). Esse programa que orienta as condições básicas e diretrizes de como o livro didático deve ser. Dado o contexto, algumas das diretrizes do PNLD são:

- I - O respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- II - O respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - O respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;
- IV - O respeito à liberdade e o apreço à tolerância;
- V - A garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Não se busca aprovar apenas um processo burocrático, há uma luta histórica e política que se dá mediante as ações curriculares e práticas pedagógicas, que vão além do material em si. O compromisso com sua real representação social, que não inferiorize nenhuma diversidade, mas que os inclua com respeito e dignidade. Para a análise dos conteúdos sobre história da África e sua população o que se vê é o contrário, Gentile (2005) ressalta que “Infelizmente, a imagem que se tem da África e de seus descendentes não é relacionada com produção intelectual nem com tecnologia. Ela descamba para crianças famintas ou paisagens de safáris e mulheres de cangas coloridas.”

Por meio dos movimentos sociais e movimento negro, se levanta discussões sobre a necessidade de rever o currículo e de introduzir conteúdos não discriminatórios, que minimizem e estereotipem o imaginário do africano e do afro-brasileiro. Associado à importância dos livros didáticos, é factível que tais pontos sinalizem uma crítica minuciosa e evoluções concretas de mudanças para o futuro das relações étnico-raciais. A chave de tal debate é relevante não apenas à população negra, mas a todos os brasileiros que ao entrar em contato com tais conhecimentos possam compreender a multiculturalidade e pluriétnicidade da sociedade brasileira.

O presente artigo tem como foco analisar um dos livros didáticos que têm sido utilizados no ensino fundamental II, mais especificamente do 8º ano e como tem sido sua abordagem instituída a Lei 10639/03 e os requisitos pautados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente ao que concerne à História e Cultura Afro-Brasileira. Algumas perguntas norteadoras, como: Qual a representação social dos africanos e afro-brasileiros apresentados no livro didático de Geografia? Quais os imaginários e carência das relações étnico-raciais presentes? O conteúdo tem sido eficaz para uma transformação do aprendizado, colaborando para um novo olhar das relações Brasil-África?

A LEI 10639/03 E O ENSINO DA GEOGRAFIA

A Lei 10639/10 estabelece em seus artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil (incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

Art. 79-A. (VETADO) (incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

A principais metas com a lei apresentada era reavaliar e excluir das salas de aula todo conteúdo que estimulasse o racismo e qualquer tratamento inferiorizando, subjugando e inferiorizando o negro. Entretanto, não se trata apenas de retirar e não reecolocar a verdadeira representação étnico-racial, por isso a busca com foco em ações afirmativas que inclua a História e a Cultura Afro-Brasileira.

Santos (2009) afirma que “no intuito de que este saber, fundamental na construção de visões de mundo e comportamentos e posicionamento, contribua com o projeto de educar para a igualdade racial”. O espaço escolar enquanto responsável pela formação dos cidadãos, possui a função social de reafirmar e fortalecer socialmente e culturalmente frente à promoção das diversidades, seja da formação histórica quanto identitária, como também, raça, gênero, crença religiosa, etnicidade entre outros.

Em 2003 é instaurada a obrigatoriedade do ensino da África e a cultura afro-brasileira nos materiais didáticos, sendo uma conquista de extrema importância no que concerne às questões étnico racial na educação. Diversos movimentos sociais e da população negra lutaram por tal conquista, visando um ensino positivo das relações étnico raciais e o rompimento com raízes colonialistas.

[...] No contexto histórico e político brasileiro, as diferenças étnico-raciais foram naturalizadas, desnudadas da sua riqueza e transformadas em desigualdade. Dessa forma, quando a escola, a universidade e a política educacional colocam em pauta a discursão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade étnico-racial, tendo como foco o segmento negro da população, o contexto da desigualdade se põe na ordem do dia e, em consequência disso, medidas para a superação precisam ser implementadas. (GOMES, 2011, p. 51).

Mesmo com a obrigatoriedade, é preciso que haja uma coerência em tais processos de inserção desses conteúdos nos livros até sua chegada em sala de aula. É necessário que as ações afirmativas no âmbito educacional sejam firmes e sólidas, com contribuintes que sejam compromissados em resgatar a história da população negra na formação do Brasil. Isso inclui a participação ativa de profissionais que tenham a sensibilidade sobre as questões étnico raciais.

O ensino da geografia é repleto de atribuições, o estudo se destina ao olhar espacial em sua totalidade e a relação do homem com a natureza. A disciplina proporciona diferentes construções de visões de mundo para compreender os sistemas dominantes e que são presentes na estrutura de raça. Tal conteúdo quando exposto em livros didáticos são importantes a serem analisados minuciosamente, visto que interpretar o aspecto ideológico contido nesses materiais são válvulas para novas transformações nos espaços educacionais.

Os conteúdos da Geografia trabalhados em sala de aula, além de relacionar a natureza e as relações sociais, devem focar os temas transversais como consumo, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, dentre outros. Para conseguir abordar todos os temas previstos e articulá-los entre si, o professor/a precisa contar com o auxílio de materiais didáticos que poderão criar situações em que os alunos progredam na aprendizagem sobre o mundo e sua vida. (SOUZA, 2016, p. 15).

Outro aspecto relevante ao debate é entender o papel que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atua em conjunto com Plano Nacional do Livro de Didático (PNDL). O BNCC se trata de um documento criado pelo MEC, que serve de orientação de conhecimentos, abordagens e conceitos que devem ser introduzidos em salas de aula. Os critérios de organização das habilidades em torno da Educação Básica e com as competências da área das Ciências Humanas, que corresponde as disciplinas de História e Geografia.

Considerando os pressupostos anterior, o componente curricular de Geografia também é organizado de acordo para garantir o pleno desenvolvimento aos alunos no que concerne às competências específicas do campo. Não somente, mas a estrutura foi articulada e separada de acordo com os anos iniciais e finais de cada fase do ensino, no caso do Ensino Fundamental o 8^a é orientado que exista uma análise mais profunda dos estudos de América do Sul e África. Como o estudo enfoca na relação entre os continentes, será apresentado as exigências da BNCC em torno do 8^a ano de Geografia a partir deles:

Tabela 1. Competências Específicas da Geografia para o Ensino Fundamental

Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos.
Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.
Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.
Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.

Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da África e América.

Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2020).

Com base em tal conteúdo objetivado pela BNCC, o PNDL entra com as expectativas de suprir as metas apresentadas, a exemplo da tabela anterior. Isso significa que toda mudança na BNCC tem impacto direto em como os livros didáticos vão ser produzidos, fiscalizados, julgados, aprovados ou contrário. A saber que o livro didático é um instrumento essencial em sala de aula, tanto para o professor quanto para o aluno, não há dúvidas da qualidade e compromisso que o conteúdo deve conter para que seus efeitos sejam positivos no processo educativo.

O LIVRO DIDÁTICO SOB A ÉGIDE A LEI

Primeiramente, o livro será apresentado por meio de uma ficha técnica, seguido das informações dos autores e a análise do seu conteúdo sob a égide da Lei 10639/03:

Tabela 2. Ficha Técnica

Livro: Expedições Geográficas, 8º ano
Componente curricular: Geografia
Editora: Moderna
Autores: Malhem Adas e Sergio Adas
Edição: 3º
Local/Ano: São Paulo, 2018
Bibliografia: Adas, Melhem. Expedições geográficas: manual de professor / Melhem Adas, Sergio Adas. – 9. Ed. – São Paulo: Moderna, 2018.

Fonte: Expedições Geográficas, 8º ano (2018).

Malhem Dias, primeiro autor apresentado no livro, é bacharel e licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor do Ensino Fundamental, Médio e Superior na rede pública e em escolas privadas

no estado de São Paulo.

Sergio Adas, é doutor em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Também é bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Ambos autores do presente livro a ser apresentado.

O livro didático a ser analisado se trata de um manual de professor e um material digital. As organizações primárias do livro se centram na explicação de ser um manual de professor seguido do material digital, os planos de desenvolvimento bimestral, as sequências didáticas, as propostas de acompanhamento da aprendizagem e o material digital audiovisual. A seguir, dos pressupostos teórico-metodológicos, o volume do 8º ano e as orientações específicas das unidades a serem apresentadas em cada unidade.

Em relação às unidades são separadas em oito tópicos, sendo estes:

Tabela 3. Sumário

UNIDADES	Temas
1	Espaço mundial: diversidade e regionalização
2	População mundial, fluxos migratórios e problemas urbanos na América Latina
3	A ascensão dos Estados Unidos e da China no cenário internacional e os BRICS
4	América: regionalizações, meio natural e países desenvolvidos
5	América: paisagens emergentes
6	América: economias com bases mineral e agropecuária
7	América: organizações, conflitos e integração
8	África: heranças, conflitos e diversidades

Fonte: Expedições Geográficas, 8º ano (2018).

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) componente “Geografia” do 8º é orientado que as habilidades temáticas sobre “Formas de representação e pensamento espacial” e “Natureza, ambientes e qualidade de vida” insiram conhecimentos acerca da África, as diretrizes aludem:

- Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas com informações geográficas acerca da África e América;

- Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos;
- Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e seu valor como área destinada à pesquisa e à compreensão do ambiente global.

Apresenta-se a relação entre objetos de conhecimento do ano de estudo com os objetos anteriores e seguintes. A proposta pedagógica com foco no desenvolvimento das competências se relaciona às descritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como também os objetos de conhecimento e das aprendizagens essenciais para o componente curricular Geografia.

Logo nas páginas VI e VII, é possível identificar um panorama geral da ciência geográfica. Os pressupostos teórico-metodológicos apresentam uma rápida história e evolução da Geografia, o esforço em tornar uma ciência reconhecida seguida da institucionalização dela no âmbito escolar em cada fase de suas rupturas e continuidades.

Essas considerações iniciais se apresentam em todas as edições de seus livros, por isso as conceitualizações para entender a unidade do 8º ano se encontram baseados no livro destinado ao 7º ano, e os autores deixam isso bem explícito. Não há de forma específica a concepção geográfica utilizada, mas como análise pessoal é possível reconhecer abordagens da Geografia Clássica e Teórico-Quantitativa com mais ênfase.

Os métodos previstos são: indutivos, funcionalista e sistêmico. Pois o conteúdo abarca uma observação meramente descritiva e histórica, além do uso de estatísticas. Pode-se notar a presença de gráficos, mapas e tabelas, como também as explicações dos fenômenos a partir de suas próprias características. O uso de imagens e fotografias é algo notável em quase todas as páginas, o que revela algo interessante sobre a linguagem visual como apoio ao professor e ao conteúdo a ser ensinado ao aluno. As atribuições e representações visuais serão responsáveis pelos significados às imagens e introduzir as mesmas vão ser norteadoras para a narrativa que os alunos criarão a partir dali.

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de ideologia, de cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando tema, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT, 2004).

Acerca dessa linguagem visual, ela é importante no processo de formação do conhecimento pela

criança e em sua dinâmica de aprendizagem, ao conferir significados às imagens e ao dispor o conteúdo através de determinada organização dos elementos visuais, que podem facilitar ou não a sua compreensão pelo leitor, como também, ser responsável pela construção de conhecimento que ele vai internalizar em si.

Para os princípios do raciocínio geográfico, ele apresenta os conceitos-chave da Geografia, como paisagem, lugar, região, espaço, território e territorialidade e redes geográficas. Para o objeto de estudo da geografia, ele considera dois tipos: o espaço natural e o espaço geográfico.

“[...] o espaço natural é considerado aquele que sofreu pouca ou nenhuma intervenção humana, no qual predomina a atuação das forças naturais, como a ação das águas, dos ventos, dos terremotos etc., que transforma a paisagem. O espaço geográfico é considerado produzido ou construído pelas forças sociais, modificado e organizado pelas sociedades humanas, um produto histórico, social e cultural que expressa, até visivelmente, a organização das sociedades em todas as suas contradições” (ADAS; ADAS, 2018, p. XXII)

É relevante analisar os dois conceitos supracitados acima pelos autores. A geografia nasceu com uma expressiva característica dualística, com o embate entre a natureza e a sociedade como processos indissociáveis. A análise de reproduzir o imaginário dicotômico da ciência, sendo necessário lembrar ambos os conceitos como relacionais e partes de um todo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) indicam suas possibilidades de concepção de natureza: os elementos biofísicos de uma paisagem, ou a natureza transformada pelo trabalho humano. Assim como dito acima, enfatiza a importância de compreender que ambas constituem a base material ou física sobre a qual o espaço geográfico se constitui (BRASIL, *apud* SUERTEGARAY, 2003^a, p. 2).

Em relação as questões étnico-raciais no Brasil, não há nenhuma página específica que relaciona o continente africano com o país nesses parâmetros. Mesmo havendo ambos os conhecimentos sobre eles, é perceptível notar que a análise é feita separadamente. É analisado como separados e particulares em si, o que acaba dificultando a análise aprofundada histórico-geográfica e relacional que existe, mas que é individualizada.

O que levanta questionamentos sobre como um aluno passa o ano inteiro sem compreender com mais precisão os estudos com tais temáticas e como ambas se relacionam. A normalidade em se ter um ensino hegemonicamente eurocêntrico e colonial reproduz a ideia dos processos complexos do Brasil Africano Contemporâneo, camuflar isso torna a reprodução de relações de poder e os livros como instrumentos de controles sociais e até comportamentais. Sobre a abordagem das questões

étnico raciais no âmbito educacional, Gomes relata:

“[...] No contexto histórico e político brasileiro, as diferenças étnico-raciais foram naturalizadas, desnudadas da sua riqueza e transformadas em desigualdade. Dessa forma, quando a escola, a universidade e a política educacional colocam em pauta a discursão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade étnico-racial, tendo como foco o segmento negro da população, o contexto da desigualdade se põe na ordem do dia e, em consequência disso, medidas para a superação precisam ser implementadas. (GOMES, 2011, p. 51).

Em um país marcado pelo racismo e repleto de discriminações especificamente com populações de origem africana e indígena a invisibilidade e desconhecimento sobre essa realidade impede que aconteça um pleno desenvolvimento dentro do âmbito educacional, consequentemente atinge as demais áreas sociais em que se exerce para além da escola.

As justificativas também se encontram pautadas na falta de capacitação de profissionais da educação para a realização de trabalhos e produções de materiais didáticos voltados para as relações étnico-raciais e diversidade cultural é ausente na sua formação, o que reproduz a insuficiência em abordar tais assuntos em suas produções, tornando-as incompletas. Esse assunto se direciona a ser um problema institucional das grandes formações intelectuais-formais do país, demonstrando ser um problema estrutural de forma ampla.

Não há nenhum relato sobre o sistema escravista vigente no Brasil Colonial-Imperial. É relatado apenas um parágrafo no percurso 5, página 52, que trata sobre a dispersão da população mundial e migrações como similar do assunto, como a seguir:

Ao mesmo tempo em que nesses séculos ocorreram migrações espontâneas ou voluntárias, milhões de negros africanos foram forçados a se deslocar da África para as Américas para servir como mão de obra escrava. Foi a mais numerosa migração forçada da história humana. Calcula-se que mais de dez milhões de negros foram obrigados a migrar para as Américas.

Não há imagens de contextos afro-brasileiros de maneira estereotipada, como também não existem tabelas, mapas e gráficos que mostre a divisão da sociedade brasileira por grupo étnico e/ou cor. Não há referências sobre a situação social, econômica e política dos afro-brasileiros no país e a hipótese levantada para isso pode ser que pela falta de conteúdo sobre a temática envolvida.

Entretanto, há imagens quanto aos aspectos associados às condições precárias de trabalho e sobrevivência, que também acabam fazendo referência como se o negro sempre estivesse associado

à pobreza e sobrevivência. A manutenção dessas imagens revela a falta de humanização em reafirmar um discurso de eurocentrista da inferiorização dos povos africanos.



Figura 1. Trabalhadores em Agricultura de subsistência em Paidha (2018).

Em relação aos descendentes do continente africano no Brasil possuem posição desigual nas questões ligadas ao trabalho, saúde, emprego e educação é relatado de forma indireta e generalizada. No percurso 3 “Diversos modos de ver e estudar o mundo” existe um tópico sobre a regionalização em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os mapas a seguir revelam:



Figura 2. Fonte: elaborado com base em KIDRON, Michael; SEGAL, Ronald. Atlas del estado del mundo. Barcelona: Serbal, 1982, p. 43.

Ao final do percurso há uma página que fala sobre o “Brasil, América Latina e África na ordem mundial do pós-Segunda Guerra”, o que deveria seguir de uma explicação dessas diferenças espaciais e desiguais se deu apenas pelo fato dos países subdesenvolvidos estarem na condição de serem fornecedores de produtos primários para o mercado mundial.

Há uma outra observação a ser analisada, se encontra no percurso 8 sobre “Os problemas das cidades latino-americanas” demonstrando a falta de complementariedade para explicar os motivos que sucederam os processos do desenvolvimento desigual. Seria interessante questionar o motivo de não se ter um indicador de cor e raça que complemente a análise ou que faça uma identificação sobre quem são os atores que sofrem com o processo histórico de formação do cenário urbano e socioeconômico.



Figura 3. Fonte: Ferreira, GRAÇA M. L. Moderno atlas geográfico. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2016. p. 36.

Tabela 3. México, Argentina e Brasil: porcentagem da população na condição de pobreza e de pobreza extrema – 2016

Pais	% de pobres na população total	% em pobreza extrema na população total
México	50,6	17,5
Argentina	30,3	6,1
Brasil	13,3	4,2

Figura 4. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Panorama Social de América Latina 2017. Santiago: CEPAL, 2018, p. 91.

O livro didático não considera as matrizes oriundas da África, não apresenta referências da formação da sociedade brasileira relacionada as mesmas. A falta de registros que faz com que se compreenda a estruturação social, econômica, político e cultural de forma bastante genérica, sem complementação dos dados, das análises mais profundas.

A crítica começa na questão epistemológica de enxergar a geografia e repassá-la aos alunos. Durante a realização da leitura do livro didático foram encontrados aspectos fracos em relação à concepção geográfica. A ênfase na descrição acaba sobrecarregando o conhecimento, sem aprofundamento e generalizando conteúdos essenciais e prioritários. O resultado influencia os

Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, V.11, N.2 (2020), 21:35 - ISSN: 2177-4366

estudantes numa não possibilidade de raciocínios complexos na interpretação da dimensão espacial, seja nos aspectos físicos e humanos.

A abordagem fragmentada torna a ciência repleta de termos técnicos sem uma visão ampla de seus significados. Não se trata apenas de ter muitos mapas, imagens, tabelas e gráficos, mas de ser capaz de possibilitar através delas uma construção de explicações e argumentos que articulem fenômenos humanos e naturais em suas dimensões espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para processo educacional referente ao “Brasil Africano Contemporâneo” há um caminho longo a se percorrer. A falta do destaque sobre a temática associada a minimização sobre o real continente africano resulta na reprodução do imaginário negativo sobre seu território, cultura e economia. Além do racismo e discriminações oriundas da falta de conhecimento e aprofundamento da base escolar.

O livro se torna um reflexo do atual modelo de educação, ao tratar a história-geografia da temática negra, africana e afro-brasileira de maneira rasa. Não corrobora com o avanço desse processo, atrasando a promoção da educação de valorização dessa cultura que formou o Brasil como vemos hoje em sua realidade. Urge a necessidade das adequações dos conteúdos inseridos em sala de aula, em respeito à Lei 10,639/03, como também as exigências da Base Comum Curricular estejam presentes no Programa Nacional do Livro Didático, que fiscalizando e autorizando materiais didáticos de geografia possam incluir uma educação antirracista sobre o Brasil Africano. É preciso que tenha um alinhamento dos materiais pedagógicos em conjunto com a formação institucionalizada dos professores e profissionais que conheçam e instaurem conhecimentos com mais profundidade e coesão antes de entrarem em sala de aula, como produzir tal conteúdo como analisado nesse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe (org); et al. **O saber histórico na sala de aula**. Livros didáticos entre textos e imagens. 9º ed. Ed: Contexto. São Paulo, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia**. 5º a 8º Série. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1997. 156 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI: subsídios para as projeções da população**. Estudos e Análises. Rio de Janeiro, ISSN 2236-5265, n. 3, 2015. Disponível em: .

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, M. V. et al. (Orgs). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2011. p. 39-60.

SOUZA, L. F. **As Relações Etnicorraciais na Geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos**. Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA. Vol. 2. Nº 2. 2016.

SUERTEGARAY, D. M. A. Sobre a Geografia Física no Ensino Fundamental e Médio. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 10. Rio de Janeiro, 2003. **Temas e Debates da Geografia Física na Contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003^a. 1CD.